

Copom corta Selic em mais 0,5 ponto, para 11,25% ao ano, e sinaliza manter ritmo

O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central decidiu na quarta-feira (31) por unanimidade reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa básica de juros (Selic), para 11,25% ao ano.

Dessa forma, o comitê manteve, em seu primeiro encontro de 2024, o ritmo do afrouxamento monetário aplicado desde agosto do ano passado. Este foi o quinto corte consecutivo de mesma magnitude.

O Copom também decidiu de forma unânime manter em seu comunicado o trecho em que os membros antecipam o mesmo ritmo de redução na taxa Selic em seus próximos encontros.

“Os membros do Comitê, unanimemente, [...] avaliam

que esse é o ritmo apropriado para manter a política monetária contracionista necessária para o processo desinflacionário”, afirma o texto.

O texto trouxe poucas mudanças em relação ao comunicado anterior, publicado em dezembro, mesmo com a participação dos novos diretores do BC indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Paulo Picchetti e Rodrigo Teixeira assumiram seus cargos no dia 2 deste mês e participaram pela primeira vez do Copom nesta quarta.

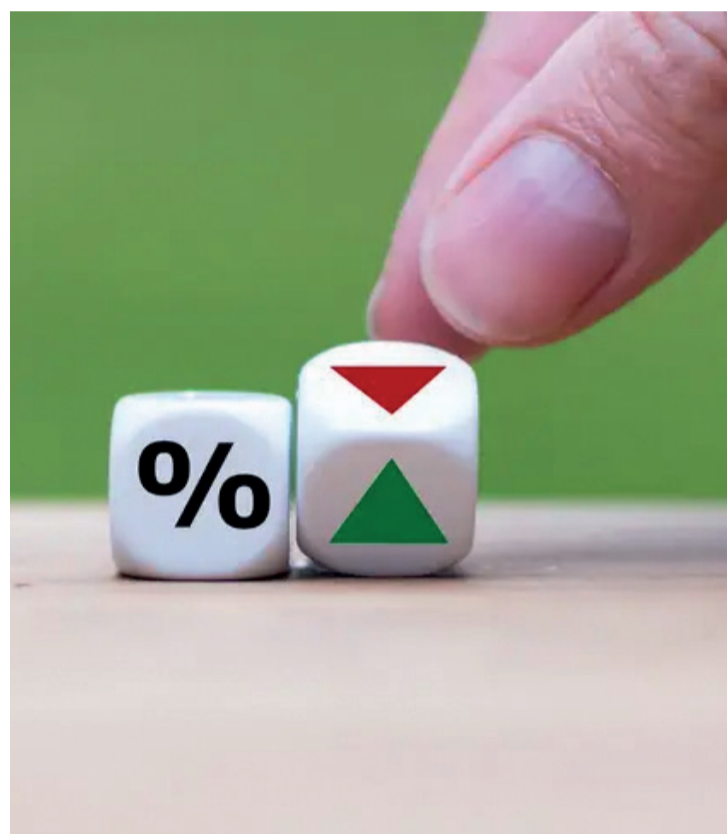
Com isso, os indicados por Lula acompanharam as decisões e as sinalizações adotadas nos últimos meses pelo comitê, apesar de pressões do PT por um corte maior.

Entre os trechos mantidos, está inclusive a mensagem do Copom que defen-

de que o governo persiga as metas fiscais já apresentadas. “Tendo em conta a importância da execução das metas fiscais já estabelecidas para a ancoragem das expectativas de inflação e, consequentemente, para a condução da política monetária, o Comitê reafirma a importância da firme persecução dessas metas”, afirma o texto, repetindo o trecho dos textos anteriores.

Entre as poucas alterações trazidas em relação ao comunicado de dezembro, o Copom acrescentou, ao analisar o ambiente externo, que a conjuntura atual é marcada pelo debate sobre o início da queda dos juros nas principais economias. O colegiado manteve, em seguida, o diagnóstico de que o cenário exige “cautela por parte de países emergentes”.

Folhapress



Economia



Desemprego recua a 7,8% na média de 2023, a menor desde 2014

Página - 03

Política

Investigação derruba nº 2 da Abin e atinge entorno de Bolsonaro

Página - 04

Dino se despede do governo, nega uso político da PF e rebate crítica dos Bolsonaro

Página - 04

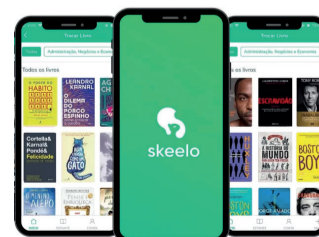
Negócios

Magalu prepara aumento de capital de R\$ 1,25 bi

Página - 08

Skeelo: os planos da maior plataforma de livros digitais do Brasil depois de faturar R\$ 100 milhões

Página - 08



No Mundo

Parlamento da Rússia aprova lei para confiscar bens de críticos da Guerra da Ucrânia



O Parlamento da Rússia aprovou, na quarta-feira (31), uma lei controversa que permite às autoridades confiscar dinheiro, propriedades e outros ativos de pessoas condenadas por questionar o Exército do país e a ofensiva militar contra a Ucrânia.

O texto foi aprovado pela Duma (Câmara baixa do Parlamento) e encaminhado ao presidente Vladimir Putin para ratificação. A lei busca endurecer as represálias contra os críticos do líder russo, que disputará mais uma vez a recondução ao cargo em eleição prevista para março.

A Rússia já havia proibido críticas às suas Forças Ar-

madadas com uma série de leis de censura. “Desacreditar” ou espalhar informações consideradas falsas sobre as tropas e o conflito na Ucrânia, por exemplo, podem resultar em até 15 anos de prisão.

Desde a eclosão da Guerra da Ucrânia --chamada ainda hoje de “operação militar especial” pelo Kremlin, quase dois anos após seu início--, o governo russo vem aumentando a repressão contra vozes dissidentes. Dezenas de opositores foram presos ou exilados durante a invasão ao país vizinho. O presidente da Duma, Viacheslav Volodin, alinhado a Putin, afirmou que a nova lei tem como alvo “os canalhas e os traidores”. “[As

medidas punirão] aqueles que hoje cospem nas costas dos nossos soldados, aqueles que traíram a pátria, que enviam dinheiro para as Forças Armadas de um país que está em guerra contra nós”, disse, em discurso inflamado.

Volodin ainda afirmou ser necessária a punição de pessoas que “apoiam o nazismo”. A acusação de que a Ucrânia era um Estado nazista foi uma das justificativas retóricas apresentadas pela Rússia ao invadir o vizinho --algo sem lastro na realidade de acordo com analistas, ainda que haja sim células radicais vinculadas à ideologia no território, assim como em outros locais.

Folhapress

Ex-premiê do Paquistão é condenado à prisão pela 2ª vez em 2 dias



A pouco mais de uma semana das eleições gerais no Paquistão, o ex-primeiro-ministro do país Imran Khan foi condenado à prisão na quarta-feira (31) pela segunda vez em dois dias. Na decisão mais recente, o ex-premiê e sua esposa, Bushra Khan, foram sentenciados a 14 anos de reclusão por venderem de forma ilegal presentes de Estado que ele recebeu no período em que esteve à frente do governo.

Na véspera, o ex-premiê já havia sido condenado a 10 anos de cadeia em outro processo que investigou o vazamento de infor-

mações sigilosas. Ele está preso desde o ano passado sob acusações de corrupção.

O veredicto desta quarta, que marcou a terceira condenação imposta a Khan nos últimos meses, também o impede de ocupar cargos públicos por dez anos, segundo o PTI (Movimento Paquistanês pela Justiça, em português), partido do ex-primeiro-ministro que acusa a Justiça de perseguição política.

O advogado Intezar Panjutha, do ex-premiê, disse à agência de notícias Reuters que os processos são uma farsa. “Trata-se de outro dia triste na história do nosso sistema judicial, que está sendo

desmantelado”, disse em nota a equipe jurídica do político. “Essa decisão ridícula será contestada.” Khan e sua esposa foram acusados de vender os presentes avaliados em mais de US\$ 500 mil (R\$ 2,4 milhões) em Dubai. Os itens teriam sido recebidos de 2018 a 2022, quando ele ocupava o cargo de premiê.

Segundo a acusação, a lista de presentes inclui perfumes, joias com diamantes, jogos de louça, sete relógios seis dos quais da marca Rolex, entre outros produtos de luxo. Somente um dos relógios, disse a promotora, é avaliado em cerca de US\$ 300 mil (R\$ 1,48 milhão).

Folhapress

Putin diz que avião foi abatido por míssil americano na Rússia

O presidente Vladimir Putin disse na quarta (31) que o míssil que derrubou um avião de transporte com 74 pessoas a bordo em Belgorodo, no sudoeste da Rússia, foi disparado por um sistema antiaéreo americano Patriot.

O russo não apresentou as evidências de sua acusação, embora os primeiros relatos das autoridades que investigavam o abate ocorrido há uma semana eram de que fragmentos sugeriam que arma usada era de fabricação ucraniana.

Putin pediu, assim como a Ucrânia fizera antes, uma investigação internacional sobre o incidente --algo inusual para o líder, que sempre desprezou conclusões externas, como no caso do abate de um Boeing-777 sobre a Ucrânia em 2014, atribuído por uma apuração holandesa a separatistas pró-Rússia.

Há muitas implicações na fala de Putin, que ocorre em meio ao pior momento para os ucranianos na guer-

ra, salvo o início da invasão de fevereiro de 2022.

Isso porque os Estados Unidos e a Otan, clube militar liderado por Washington, sempre condicionaram a entrega de material bélico para Kiev ao compromisso de não empregá-lo contra território russo. O medo era o de dar um motivo para Putin escalar o conflito, acusando o Ocidente de atacar diretamente a Rússia.

Como Putin presumivelmente não vai querer arriscar começar a Terceira Guerra Mundial agora, até porque está em um momento de vantagem no conflito como vizinho, é provável que sua fala tenha mirado o ânimo ocidental em apoiar Kiev com mais armamentos.

Ela ocorreu um dia depois da divulgação, pela imprensa americana, que o governo Joe Biden autorizou o envio de um novo tipo de artilharia que vai dobrar para 150 km o alcance das armas atuais dos ucranianos.

Igor Gielow/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Desemprego recua a 7,8% na média de 2023, a menor desde 2014



A taxa de desemprego do Brasil recuou a 7,8% na média anual de 2023, apontam dados divulgados na quarta-feira (31) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O resultado indica uma queda de 1,8 ponto percentual ante 2022 (9,6%).

A taxa de 7,8% é a menor desde 2014 (7%). À época, o indicador atingiu a mínima da série histórica iniciada em 2012. O desemprego aumentou após 2014 com a crise econômica de 2015 e 2016 e a pandemia iniciada em 2020.

Considerando somente o quarto trimestre de 2023, que traz um panorama mais momentâneo do mercado de trabalho, a taxa de desocupação recuou a 7,4% no país.

Trata-se do menor patamar para esse intervalo do ano desde 2014 (6,6%). O novo resultado veio após a taxa de desemprego marcar 7,7% no período de julho a setembro do ano passado.

O dado do quarto trimestre (7,4%) ficou ligeiramente abaixo da mediana das expectativas do mercado financeiro. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam taxa de 7,6% para o período.

Os números do IBGE integram a Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua). O levantamento analisa tanto atividades formais quanto informais dos empregos com carteira assinada e CNPJ até os populares bicos.

Adriana Beringuy, coor-

denadora de pesquisas por amostra de domicílios do IBGE, associou os resultados à continuidade da retomada do mercado de trabalho após os estragos da pandemia.

Nessa linha, a pesquisadora destacou que o fim das restrições sanitárias estimulou setores como serviços a partir de 2022, um movimento que permaneceu em 2023. “Tudo isso criou um ambiente propício para que aumentasse a demanda por trabalhadores”, disse. No quarto trimestre de 2023, o número de desempregados foi estimado em 8,1 milhões. Houve recuo de 2,8% em relação ao trimestre anterior (menos 234 mil pessoas) e baixa de 5,7% na comparação com igual período de 2022 (menos 490 mil).

Leonardo Viceli/Folhapress

Salário mínimo de R\$ 1.412 começa a ser pago nesta quinta-feira



A partir desta quinta-feira (1º), os trabalhadores começam a receber o salário mínimo oficial de R\$ 1.412. O dinheiro, referente à folha de janeiro, é 6,97% maior que o salário de R\$ 1.320, que vigorou de maio a dezembro de 2023.

O valor de R\$ 1.412 corresponde à inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado nos 12 meses terminados em novembro, que totalizou 3,85%, mais o crescimento de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2022. Enviada pelo governo em maio, a medida provisória com a nova política de valorização do salário mínimo foi aprovada pela Câmara dos Deputa-

Corrida pela energia limpa no Brasil ‘está longe de ser inofensiva’, dizem movimentos sociais

Vinte e nove organizações sociais ou de proteção ao meio ambiente divulgaram na quarta-feira (31) uma proposta de novas regras para autorizações de construção de parques de geração de energia eólica e solar no país.

O objetivo é debater mecanismos de proteção contra os riscos e os impactos que esses projetos impõem aos territórios e aos seus habitantes. Em dezembro, reportagem da Folha de S.Paulo mostrou que a corrida pela energia limpa tem intensificado conflitos socioambientais, principalmente no Nordeste.

“Embora carreguem o rótulo de energia limpa, a forma como as grandes usinas eólicas e solares e suas

linhas de transmissão vêm sendo instaladas no Nordeste brasileiro está longe de ser inofensiva”, diz o documento, intitulado “Salvaguardas Ambientais para Energia Renovável”.

As preocupações vão desde o impacto sobre comunidades tradicionais e peque-

nos agricultores a questões ambientais, como ameaça a espécies nativas e à flora em 2022, a plataforma MapBio detectou pela primeira vez desmatamento por usinas eólicas e solares no Nordeste.

“O Brasil tem condições de dar uma imensa contribuição para a descarbonização mundial”, diz o texto. “Mas isso não pode ser feito às custas de povos e de populações historicamente exploradas, marginalizadas e vulnerabilizadas.”

Uma das propostas é a definição de zonas de exclusão para os empreendimentos, definidos a partir do diálogo com os habitantes e das premissas ambientais de cada território, incluindo os princípios da precaução e prevenção.

“O uso da terra para produção de alimentos e água, conservação ambiental e manutenção dos territórios, culturas e modos de vida de povos indígenas e comunidades tradicionais não podem ser impossibilitados em detrimento da produção comercial e em larga escala da energia.”

Nicola Pamplona/Folhapress



dos e pelo Senado em agosto.

Segundo o Dieese, o reajuste do salário mínimo beneficiará 59,3 milhões de trabalhadores e resultará em um incremento da renda anual no montante de R\$ 69,9 bilhões. A entidade estima que o governo – União, estados e municípios – arrecadará R\$ 37,7 bilhões a mais por causa do aumento do consumo atrelado ao salário mínimo maior.

As aposentadorias com o novo valor começaram a ser pagas na última quinta-feira (25). Isso porque os benefícios equivalentes ao salário mínimo são pagos nos últimos cinco dias úteis do mês atual e nos cinco primeiros dias úteis do mês seguinte. O Benefício de Prestação Con-

tinuada (BPC) e o auxílio-doença também começaram a ser pagos no dia 25.

A faixa inicial do seguro-desemprego também foi reajustada conforme o salário mínimo. A partir de fevereiro, os benefícios relativos a janeiro subirão para R\$ 1.412. O valor máximo também foi reajustado, para R\$ 2.313,74. Embora o piso do benefício tenha seguido o reajuste do salário mínimo, o teto aumentou em 3,71%, equivalente ao INPC do ano passado.

O abono salarial do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) referente a 2023 começa a ser pago em 15 de fevereiro.

Wellton Máximo/ABR



Publicidade Legal

Investigação derruba nº 2 da Abin e atinge entorno de Bolsonaro



A série de operações da Polícia Federal investigando o uso indevido de software espião na Abin e a possibilidade de uma “Abin paralela” durante o governo Jair Bolsonaro (PL) já gerou uma série de repercussões políticas.

As duas fases mais recentes atingiram o entorno do ex-presidente. Na última quinta-feira (25) o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), diretor-geral da agência no governo passado e forte aliado de Bolsonaro, foi alvo de busca e apreensão.

Na segunda-feira (29), foi a vez de um dos filhos do ex-mandatário, o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), em investigação sobre o “núcleo político” da estrutura

ilegal do órgão. Na próxima terça-feira (6), o general Augusto Heleno, então ministro-chefe do GSI (Gabinete de Segurança Institucional) passa em que a Abin estava vinculada deve depor à PF sobre o funcionamento da agência.

O governo Lula (PT) também foi alvo de desdobramentos da operação. No pedido feito ao ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), a PF afirma que a atual direção da Abin buscou interferir na investigação.

Na terça-feira (30), o presidente decidiu demitir o diretor-adjunto do órgão de inteligência, Alessandro Moretti.

Relembre as fases da operação, e os desdobramentos da investigação da PF: Após a posse de Lula e em

meio à transferência da Abin para a Casa Civil, a agência concluiu em fevereiro do ano passado uma correição para verificar a regularidade do FirstMile, o software que tem capacidade de obter informações de georreferenciamento de celulares.

Em março, o uso do sistema veio a público, e o órgão de inteligência instaurou sindicância investigativa sobre o programa, compartilhando informações para a PF e o STF.

Em outubro, a PF deflagrou a Operação Última Milha para investigar o rastreamento irregular da geolocalização de oponentes do governo anterior. Foram cumpridos 25 mandados de busca e apreensão e dois de prisão preventiva em cinco estados e no Distrito Federal.

Folhapress

Spaal Indústria e Comércio Ltda.

CNPJ/MF nº 46.270.518/0001-46 - NIRE 35.200.954.627

Edital de Convocação para Reunião de Sócios Quotistas

Pelo presente Edital de Convocação, a Sra. **Carla Regina Langer**, a sócia-administradora da **Spaal Indústria e Comércio Ltda.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.270.518/0001-46, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o NIRE 35.200.954.627 (“Sociedade”), nos termos dos Artigos 9º e 11 do Contrato Social da Sociedade e dos Artigos 1.072, caput, e 1.151, §3º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro 2002, conforme alterações posteriores (“Código Civil”), **convoca** todos os sócios quotistas da Sociedade a se reunirem em Reunião de Sócios Quotistas, a ser realizada na sede da Sociedade, localizada na Cidade de Taboão da Serra, Estado de São Paulo, na Rua Vicente Leporace, nº 270, Jardim São Judas Tadeu, CEP 06786-510, no próximo dia **08 de fevereiro de 2024**, às **10h**, em 1ª chamada, e às **10h30min**, em 2ª chamada, no mesmo dia e endereço, para deliberarem acerca da seguinte Ordem do Dia: (i) anulação da Reunião de Sócios Quotistas da Sociedade realizada em 26 de setembro de 2023 (“Reunião de 26.09.2023”); (ii) anulação da Ata da Reunião de 26.09.2023 parcialmente assinada pelos sócios quotistas; (iii) aprovação de contas da administração da Sociedade, balanços patrimoniais e demonstrativos de resultados econômicos relativos aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022; (iv) ratificação da destinação dos lucros líquidos relativos aos exercícios acima mencionados e deliberação sobre os lucros líquidos remanescentes; (v) ratificação de todos os atos dos administradores da Sociedade até a presente data; (vi) concessão de quitação aos administradores por todos os atos realizados na qualidade de administradores da Sociedade até a presente data; (vii) consignação de que a Sociedade não é de grande porte; e (viii) outros assuntos de interesse da Sociedade. Nos termos do Artigo 1.078, §1º, do Código Civil, cópias dos balanços patrimoniais e demonstrativos de resultados econômicos relativos aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022, foram entregues aos sócios quotistas e encontram-se à disposição desses últimos na sede da Sociedade. Taboão da Serra, 01 de fevereiro de 2024. **Carla Regina Langer**, Sócia Administradora da **Spaal Indústria e Comércio Ltda.** (01, 02 e 05/02/2024)

BRZ Brasia II (C) Investimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 35.121.721/0001-34 - NIRE 35.300.546.865

Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08/01/2024.

Aos **08/01/2024**, às **10hrs**, com totalidade. Mesa: Presidente: Nessim Daniel Sarfati. Secretário: Cassiano Gomes Jardim. Deliberações: (I) O aumento do capital social da Companhia, atualmente totalmente subscrito e integralizado, no valor de R\$ 1.203.007,60, por meio da emissão de 12.030.076 novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 0,10 cada, das quais: (a) 12.000.000 são ações ordinárias; e (b) 30.076 são ações preferenciais Classe A. (II) Desta maneira, o capital social da Companhia passa de R\$ 234.686.619,84, totalmente subscrito e integralizado para R\$ 235.889.627,44, dividido em 2.378.896.274 ações nominativas e sem valor nominal, das quais: (a) 2.372.949.031 são ações ordinárias; e (b) 5.947.243 são ações preferenciais Classe A. As novas ações ora emitidas são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, pelos atuais acionistas da Companhia, conforme os boletins de subscrição anexos à presente Ata (Anexos I e II). Nada mais. JUCESP nº **25.863/24-1** em sessão de **17.01.2024**. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

VRE D2 S/A

CNPJ/MF nº 17.825.402/0001-28 - NIRE 35.300.451.007

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 31/01/2024

Data, Hora e Local: 31/01/2024, às 10:00 horas, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a publicação do “Edital de Convocação”, em conformidade com o disposto no §4 do art. 124 da Lei nº 6.404/76, considerando que a totalidade dos acionistas estava presente ou devidamente representada, conforme o registro de presença lavrado em livro próprio. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução de capital da Companhia. **Mesa:** Presidente: Thiago Bellini Motta Leomil. Secretário: Marcelo Rezende Rainho Teixeira. **Deliberações:** Os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade de votos: 1. Aprovar a redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 1.199.999,00, totalmente integralizado dos atuais R\$ 11.880.762,00 para R\$ 10.680.763,00, mediante o cancelamento de 1.199.999 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de titularidade dos acionistas, respeitada a proporção de ações ordinárias detidas por cada acionista, com a consequente restituição do valor de R\$ 1.199.999, na proporção das ações ordinárias detidas por cada um no capital social total da Companhia. 2. A eficácia da redução de capital ora aprovada está condicionada ao decurso do prazo legal de 60 dias contado da publicação da presente ata, sem que ocorra a oposição de credores, ou, caso haja oposição, ao pagamento ou depósito judicial das quantias reclamadas pelos opositores, nos termos do Artigo 174, §2º, da Lei das S.A., de modo que capital social da Companhia, passará a ser de R\$ 10.680.763,00 dividido em 10.680.763,00 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Diante do acima disposto a redação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passará a ser a seguinte: “Artigo 5. - O capital social é de R\$ 10.680.763,00 dividido em 10.680.763,00 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional”. 3. Por fim, os acionistas resolveram, por unanimidade, autorizar os Diretores da Companhia a praticarem todos os atos complementares à efetivação das deliberações acima tomadas. **Encerramento:** A ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes da Companhia. São Paulo, 31/01/2024. Thiago Bellini Motta Leomil - Presidente, Marcelo Rezende Rainho Teixeira - Secretário. Acionista: Vista Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário.

BBC Boulevard Business

Incorporação e Construção Ltda. SPE

CNPJ/MF nº 97.536.711/0001-17 - NIRE 3522559730

Reunião de Sócios - Convocação

São convocados os Quotistas da sociedade BBC Boulevard Business Incorporação e Construção Ltda. a se reunirem em Reunião de Sócios a ser realizada em **09/02/2024 às 10hs**, na sede da Sociedade situada na Esv. HBR 167, 935, Bairro: Fundão, Holambra/SP, CEP 13825-000, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Alteração da Cláusula 5ª do Contrato Social para reformular a administração da Sociedade; **b)** Eleger novo(s) Administrador(es) para a sociedade; e **c)** Outros Assuntos de Interesse da Sociedade. Holambra/SP, 31/01/2024. **Magda Maria Rinaldi de Oliveira Lima**, Diretora. (01, 02 e 05/02/2024)

Dino se despede do governo, nega uso político da PF e rebate crítica dos Bolsonaros



O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, negou uso político da Polícia Federal e disse na quarta-feira (30) que no Brasil ninguém tem imunidade de contra investigações.

A declaração foi dada em evento de despedida de Dino do ministério e dias após operação sobre a chamada “Abin Paralela” no governo Jair Bolsonaro (PL) ter como um dos alvos Carlos Bolsonaro (Republicanos), vereador no Rio de Janeiro.

“O que me parece é que indevidamente há pessoas que querem uma espécie de imunidade de jurisdição”,

disse Dino, sem citar o ex-presidente e seu filho.

O ministro disse que a PF não “inventa” investigações e que o órgão não poderia ignorar indícios de irregularidades na Abin (Agência Brasileira de Inteligência). “O que a PF vai fazer? Fingir que não viu? Há denúncias de três anos atrás sobre o uso de equipamentos [na agência]”, disse Dino.

Na segunda-feira (29), a PF cumpriu mandados de busca e apreensão para avançar na investigação sobre supostas irregularidades na Abin. A ação mirou pessoas que foram destinatárias das informações que teriam sido

produzidas de forma ilegal pela agência de inteligência do governo federal.

Flávio e Eduardo Bolsonaro reagiram à operação, argumentando que a ação foi ilegal e cinematográfica.

O ministro também disse na quarta que o governo não espetaculariza ações de combate à corrupção.

Dino assumirá a vaga de ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) em 22 de fevereiro. Antes, ele vai exercer por poucas semanas o mandato de senador. Já o Ministério da Justiça e Segurança Pública será comandado por Ricardo Lewandowski, ex-ministro do STF.

Raquel Lopes/Folhapress



Alvorecer – Associação de Socorros Mútuos

CNPJ/MF nº 62.511.019/0001-50

Edital de Instalação de Procedimento de Exclusão de Associados

Nos termos do art. 9º, I, "e", e parágrafo primeiro, do Estatuto Social, ficam os associados titulares das matrículas abaixo indicadas intimados da instauração de procedimento de exclusão em razão do não comparecimento a duas assembleias consecutivas.

Table with 17 columns of Matricula numbers, listing 4040370989-9 through 4040372112-2.

Fica assegurada aos associados a apresentação de defesa, nos termos do parágrafo segundo do referido dispositivo legal. São Paulo, 03 de novembro de 2023. Dr. Silvio José Ferraz Tavares - Presidente



Alvorecer – Associação de Socorros Mútuos

CNPJ/MF nº 62.511.019/0001-50

Edital de Instauração de Procedimento de Exclusão de Associados

Nos termos do art. 9º, I, "e", e parágrafo primeiro, do Estatuto Social, ficam os associados titulares das matrículas abaixo indicadas intimados da instauração de procedimento de exclusão em razão do não comparecimento a duas assembleias consecutivas.

Table with 17 columns of Matricula numbers, listing various identification numbers for the association's members.

Fica assegurada aos associados a apresentação de defesa, nos termos do parágrafo segundo do referido dispositivo legal.

São Paulo, 03 de novembro de 2023.

Dr. Sílvio José Ferraz Tavares - Presidente

Alvorecer – Associação de Socorros Mútuos CNPJ/MF nº 62.511.019/0001-50

Edital de Instauração de Procedimento de Exclusão de Associados

Nos termos do art. 9º, I, "e", e parágrafo primeiro, do Estatuto Social, ficam os associados titulares das matrículas abaixo indicadas intimados da instauração de procedimento de exclusão em razão do não comparecimento a duas assembleias consecutivas.

Table with 18 columns of Matricula numbers ranging from 4040375826-1 to 4040378253-5.

Fica assegurada aos associados a apresentação de defesa, nos termos do parágrafo segundo do referido dispositivo legal. I São Paulo, 03 de novembro de 2023.

Dr. Silvio José Ferraz Tavares - Presidente

Lima Rinaldi Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 58.375.775/0001-21 - NIRE 35.300.545.303

Assembleia Geral Extraordinária - Convocação

São convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 07 de fevereiro às 10h00 (dez horas), na sede da Companhia situada na Esv. HBR 167, nº 935, Bairro: Fundão, na Cidade de Holambra, Estado de São Paulo, CEP: 13825-000, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Eleger a Diretoria Executiva da Companhia. b) Alterar o Artigo 7º do Estatuto Social para alteração da quantidade mínima de membros. c) Outros Assuntos de Interesse da Companhia. Holambra/SP, 29 de janeiro de 2024 Magda Maria Rinaldi de Oliveira Lima - Diretora (30, 31/01 e 01/02/2024)

Athena Saúde Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 31.701.408/0001-14 - NIRE 35.300.522.681

Edital de Convocação

Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 08 de fevereiro de 2024

O Conselho de Administração da Athena Saúde Brasil S.A. ("Companhia") vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), convocar os senhores Acionistas da Athena Saúde Brasil S.A. ("Companhia"), para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, em 08 de fevereiro de 2024, às 18h00, de modo exclusivamente digital, por meio do aplicativo de videoconferência Zoom, conforme autorizado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020 ("IN DREI 81"), nos termos do art. 124, § 2º-A, da Lei das S.A., para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (a) a renúncia de membros do Conselho de Administração da Companhia; (b) a eleição de novos membros para compor o Conselho de Administração da Companhia; (c) a alteração do caput do art. 5º do Estatuto Social, para atualizar a cifra e a composição do capital social da Companhia, em razão da implementação do aumento de capital social da Companhia, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2023, cuja ata foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 484.699/23-4, em sessão de 22.12.2023, a ser homologado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada em 31.01.2024; (d) a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as deliberações tomadas no item "c" acima; e (e) a autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados do Departamento de Relacionamento com Investidores - ri@athenasaud.com.br, com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro representante acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406/2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo, 31 de janeiro de 2024. Ana Teresa do Amaral Meirelles - Presidente do Conselho de Administração.

Autonomy Investimentos Participações Ltda.

CNPJ/ME nº 32.720.527/0001-87 - NIRE 35.235.445.966

10ª Alteração e Consolidação do Contrato Social

Pelo presente instrumento particular, as partes: (i) Al Vista S.A.R.L., CNPJ/ME nº 39.930.850/0001-24; (ii) Al CERJ S.A.R.L., CNPJ/ME nº 39.930.851/0001-79, ambas representadas por seu administrador, Richard Hawel, portador do passaporte canadense nº GA203708 e CPF/ME nº 232.008.438-02; (iii) Roberto Miranda de Lima, RG nº 17.332.959-7 (SSP/SP) e CPF/ME nº 172.664.938-54; e (iv) Robert Charles Gibbins, passaporte britânico nº 517780318 e CPF/ME nº 232.008.438-02, representado por seu procurador Sr. Roberto Miranda de Lima, acima qualificado ("Sócios"); únicos sócios da Autonomy Investimentos Participações Ltda., ("Sociedade"), têm entre si justo e acordado alterar e consolidar o contrato social da Sociedade: 1. Redução de capital social: 1.1. Os Sócios, por unanimidade, decidem reduzir o capital social da Sociedade no valor de R\$ 13.000.000,00, passando dos atuais R\$ 253.524.826,00 para R\$ 240.524.826,00, por julgarem ser excessivo. 1.2. Do mesmo modo, a restituição do capital social excessivo será paga aos Sócios, em moeda corrente nacional, na proporção das respectivas participações dos Sócios no capital social da Sociedade. 1.3. Os Sócios resolvem, por unanimidade, alterar o artigo 6º do Contrato Social da Sociedade: "Capital Social e Classe de Quotas: Artigo 6º. O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 240.524.826,00, dividido em 240.524.826 quotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada, distribuídas entre os quotistas conforme segue: Sócios: Al Vista S.A.R.L., 131.980.032 Quotas, R\$ 131.980.032,00; Al CERJ S.A.R.L., 84.581.355 Quotas, R\$ 84.581.355,00; Robert Charles Gibbins, 18.695.942 Quotas, R\$ 18.695.942,00; Roberto Miranda de Lima, 5.267.497 Quotas, R\$ 5.267.497,00; Total: 240.524.826 Quotas, R\$ 240.524.826,00. Parágrafo 1º. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052 da Lei nº 10.406, de 10/01/2002. Parágrafo 2º. Uma vez integralizadas as quotas, poderá o capital social ser aumentado. Observadas as disposições legais aplicáveis, os sócios terão direito de preferência para subscrição do aumento, na proporção do número de quotas de que sejam titulares, a ser exercido no prazo de 30 dias, contados da correspondente deliberação." 1.4. A redução do capital social social ora deliberada tornar-se-á efetiva após o decurso do prazo de 90 dias contados da publicação desta ata. 2. Consolidação do contrato social da Sociedade: 2.1. Consolidar o contrato social da Sociedade. São Paulo/SP, 16/01/2024. Sócios: Al CERJ S.A.R.L., p.p. Richard Hawel; Al Vista S.A.R.L., p.p. Richard Hawel; Robert Charles Gibbins, p.p. Roberto Miranda de Lima; Roberto Miranda de Lima.

Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 03.502.961/0001-92 - NIRE 35.300.174.551

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de Setembro de 2023

Data, Hora e Local: 04/09/2023, às 10h00, na sede da Cia. Convocação e Presença: Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. Mesa: Dominique Edmond Pierre Signora - Presidente e Carolina Alexandra Mazmanian Bonfim - Secretária. Deliberações da Ordem do Dia: (i) Autorizou a lavratura desta ata em forma de sumário; (ii) Aprovou o aumento do capital social da Cia., atualmente de R\$ 229.755.831,86, para R\$ 329.755.831,86, um aumento, portanto, no valor de R\$ 100.000.000,00, mediante a emissão de 91.120.211.533 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Diante do exposto acima, o Artigo 5º do Estatuto Social da Sociedade passará a vigor consoante a redação: "Artigo 5º: O capital social é de R\$ 329.755.831,86, totalmente integralizado em moeda corrente do País e em créditos, dividido em 300.474.211.533 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal." (iii) Promover sua consolidação, para maior facilidade e clareza, nos termos transcritos no Anexo I da presente Ata. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia. São Paulo, 04/09/2023. Assinaturas: Presidente: Dominique Edmond Pierre Signora; Secretária: Carolina Alexandra Mazmanian Bonfim. JUCESP nº 24.659/24-1 em 17/01/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

comercial@datamercantil.com.br

BOLSAS B3 (Ibovespa) Variação: 0,28% Pontos: 127.752 Volume financeiro: R\$ 27,009 bilhões Maiores altas: Grupo Soma ON (17,55%), Arezzo ON (12,37%), Magazine Luiza ON (5,56%) Maiores baixas: Raia Drogasil ON (-3,62%), Assai ON (-2,21%), WEG ON (-2,09%) S&P 500 (Nova York): -1,61% Dow Jones (Nova York): -0,82% Nasdaq (Nova York): -2,23% CAC 40 (Paris): -0,27% Dax 30 (Frankfurt): -0,4% Financial 100 (Londres): -0,47% Nikkei 225 (Tóquio):

Negócios

Magalu prepara aumento de capital de R\$ 1,25 bi



O conselho da Magalu acaba de aprovar um aumento de capital no valor de aproximadamente R\$ 1,25 bilhão. A família Trajano demonstrará seu comprometimento com R\$ 1 bilhão, enquanto o BTG contribuirá com os R\$ 250 milhões restantes. Notavelmente, o mesmo banco será responsável por financiar os controladores.

Em comunicado relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a empresa esclarece que essa estratégia reafirma o compromisso da família fundadora com a empresa. O documento destaca que isso representa uma manifestação de confiança dos controladores na

companhia e em seu modelo de negócios, com a possibilidade de ampliar sua participação acionária.

O preço da emissão foi estabelecido em R\$ 1,95 por ação, aproximadamente 5% abaixo do valor de fechamento na última sexta-feira. Conforme a empresa, os recursos captados serão direcionados para investimentos em tecnologia, aprimoramento da experiência do usuário e nos serviços de publicidade, fintech e nuvem oferecidos pelo grupo. Além disso, a operação é vista como uma maneira de otimizar a estrutura de capital da companhia.

A Magalu, assim como outras varejistas, enfrentou desafios decorrentes do au-

mento das taxas de juros. Em diversos eventos com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, Luiza Trajano chegou a solicitar a redução da taxa Selic.

Em novembro, o Pipeline antecipou que a empresa estava em negociações com bancos para uma capitalização em torno de R\$ 2 bilhões. Na ocasião, já era esperado que a família se comprometesse com pelo menos metade desse montante.

No terceiro trimestre, o mais recente disponível, o Magalu apresentava R\$ 8,1 bilhões em caixa e uma dívida bruta de R\$ 7,4 bilhões, sendo mais de 40% com perfil de curto prazo.

Pipeline Valor

Interesse por milhas bate recorde de buscas em 2023

O interesse de buscas por milhas bateu recorde de pesquisas em 2023, segundo o Google Trends. Os dados são compilados desde 2004, ano do início da série histórica da plataforma. As pesquisas por programas de milhas também quase dobraram em comparação nos últimos dois anos.

Os programas de milhagem são aqueles em que os clientes acumulam pontos que posteriormente são trocados por passagens ou assentos mais confortáveis.

Também é possível, dependendo da empresa, converter as milhas em produtos eletrônicos, ingressos de shows, ou ainda transformá-las em reais e receber cashback.

Para André Coelho, coordenador de projeto da FGV (Fundação Getúlio Vargas) e especialista em turismo, a popularização de influenciadores que oferecem cursos e

compartilham dicas nas redes sociais sobre a compra e venda de milhas, juntamente com a crise da 123milhas, explicam por que o tema bombou no ano passado.

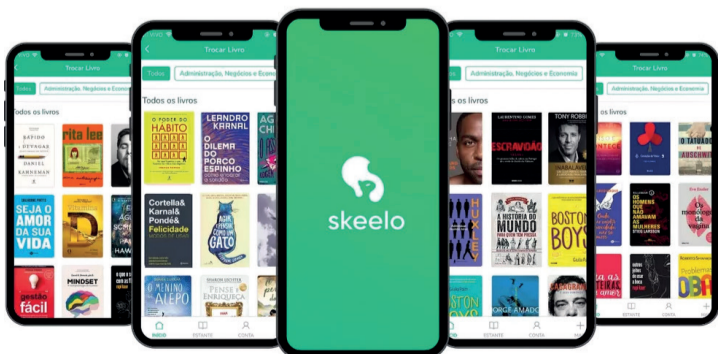
Segundo a ABEMF (Associação Brasileira das Empresas do Mercado de Fidelização), os brasileiros valorizam cada vez mais esse tipo de programa. Paulo Curro, diretor executivo da associação, afirma que houve crescimento no percentual de pessoas que realizam compras em marcas que oferecem fidelidade ou benefícios: de 72% em 2022 para 85,2% em 2023.

Curro atribui a alta à diversificação do portfólio das companhias, que ampliaram as oportunidades de acúmulo e de resgates de pontos/milhas. Além das passagens aéreas, há diárias em hotéis, produtos como eletroeletrônicos, serviços, descontos e cashback.

Vitoria Pereira/Folhapress



Skeelo: os planos da maior plataforma de livros digitais do Brasil depois de faturar R\$ 100 milhões



O modelo de negócio da plataforma de livros Skeelo resolve dois desafios no mercado brasileiro de livros: distribuição e acesso. Com um catálogo impressionante de 220 mil títulos de 840 editoras e uma base de 200 milhões de clientes, o negócio expandiu e democratizou o acesso à leitura no Brasil através de parcerias corporativas.

Mensalmente, os clientes das empresas parceiras recebem sugestões gratuitas de livros e audiobooks. Aqueles interessados nas ofertas podem baixar o aplicativo da Skeelo para desfrutar das obras em seus dispositivos móveis. Em caso de insatisfação com a sugestão, os leito-

res têm um prazo para efetuar a troca através do aplicativo.

Os fundadores, Rodrigo Meinberg e Rafael Lunes, conseguiram consolidar a estratégia no último ano, registrando um faturamento de R\$ 100 milhões, um crescimento de 10% em relação ao ano anterior. O ano de 2023 foi marcado pela inclusão da venda de livros físicos na loja virtual, além do lançamento de clubes do livro e estratégias para envolver os leitores.

Agora, a Skeelo almeja expandir para além das fronteiras brasileiras e busca crescer na América Latina. A intenção é seguir o modelo que transformou a Skeelo na principal plataforma de livros digitais do país.

“Queremos democratizar

a leitura digital em países latinos por meio de parcerias corporativas”, afirma Rafael Lunes, VP da Skeelo.

O funcionamento do Skeelo, fundado em 2019, começou com parcerias comerciais com as principais operadoras de telefonia celular no Brasil, oferecendo o aplicativo de livros como parte dos serviços para assinantes de planos pós-pagos. Bancos, operadoras de televisão por assinatura e montadoras também se tornaram parceiras, totalizando 70 até o momento.

O extenso catálogo abrange obras de diversas categorias, com destaque para “Administração, Economia e Negócios”, “Literatura e Ficção” e “Romance”, entre as mais consumidas.

Exame